



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ESCOLARIDADE E MERCADO DE TRABALHO

CONVÊNIO  
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA  
E DO COMÉRCIO  
DEPARTAMENTO DE TRABALHO DO PA-  
RANÁ-DETEPAR

CURITIBA  
SETEMBRO/1984

IPARDES-Fundação Edison Vieira

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - *Diretor-Presidente*

HERBERT ANTONIO AGE JOSÉ - *Secretário Geral*

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Coordenador Técnico*

EQUIPE TÉCNICA

DIMAS FLORIANI - *(Sociólogo) Coordenador*

HELENA P. RUBINI SOFFIATTI - *(Socióloga)*

KÁTIA T. DA SILVA *(acadêmica de Ciências Sociais)*

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Antônia Schwinden *(editoração)* Norma Consuelo dos Santos *(dactilografia)* Nair Robles de Oliveira Mattos e Lourival Castellar *(desenho)* Édson Luiz Rigoni *(reprografia)*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 ESCOLA E REGULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	5
2 POPULAÇÃO ESCOLARIZADA E MERCADO DE TRABALHO.....	7
3 GRAU DE INSTRUÇÃO E RENDA DAS PESSOAS OCUPADAS.....	10
ANEXO 1 TABELAS.....	14

## INTRODUÇÃO

O efeito da educação sobre a população economicamente ativa de um país é uma discussão que está longe de ser equacionada. Determinadas teorias pouco críticas à escolarização no sistema capitalista influenciaram estratégias educacionais de muitos países, entre os quais o Brasil (entenda-se por estratégias, políticas institucionais de ensino privatizante).

Na verdade, o que se observou na história recente do país foi uma inversão de valores na adoção das políticas educacionais: o ensino público gratuito de 2º e 3º graus tende a beneficiar parcelas da população com uma "herança" cultural, discriminando as camadas sociais compostas pelos trabalhadores das cidades e do campo.

Por outro lado, as escolas privadas (desde o supletivo às centenas de faculdades esparramadas pelo país) que normalmente seriam destinadas à população de razoável poder aquisitivo defrontam-se com o fenômeno novo do trabalhador-estudante.

Da mesma maneira, o Estado brasileiro foi influenciado pela visão do ensino-profissionalizante. Insuflado pelas elevadas taxas de crescimento do produto e do emprego na década de 70, acreditou-se que a demanda por mão-de-obra qualificada se daria em processo crescente contínuo e que bastaria implementar à outrance a oferta autônoma de mão-de-obra treinada para garantir sua absorção no mercado de trabalho.

A política institucional do Estado brasileiro chegou

assim a confundir demandas sociais da população no tocante à educação com demanda econômica de mão-de-obra qualificada, ditada pela expansão das atividades econômicas urbanas (indústria e terciário).

De fato, a questão é muito mais complexa do que aparentemente é apresentada. Se por um lado, a teoria do capital humano propugna pelo investimento educacional como variável básica de mobilidade ocupacional, a teoria da segmentação do mercado de trabalho é mais objetiva ou menos ideológica ao considerar a existência de um mercado de trabalho primário (moderno) e secundário (tradicional), ambos com diferentes mecanismos internos (ranking) de ponderação das variáveis condicionantes da renda (escolaridade, experiência, idade, etc.).

No presente relatório não serão discutidos os pressupostos teóricos que envolvem a variável educação e escolarização versus mercado de trabalho, uma vez que extrapolam os limites físicos desta avaliação, o que não elimina, contudo, a importância do debate.

O acelerado processo de urbanização verificado no Brasil pressupôs a ampliação das atividades econômicas e a oferta de serviços básicos de infra-estrutura e de natureza social como no caso da educação. Contrariamente aos países capitalistas desenvolvidos, onde a dinâmica populacional sofreu ajustes gradativos, o Brasil sofreu nas últimas duas décadas uma invasão urbana condensada. Nos anos que vão de 1970 a 80, a proporção da população urbana saltou de 55% a 65% em relação à população total enquanto nos EUA idêntica mudança levou 40 anos para se efetivar, entre os anos 1910-50.

O confronto dos números das ocupações urbanas com os

dados de rendimento e escolarização da PEA, comparados à sua evolução censitária, não permite facilmente estabelecer correlações positivas ou negativas dessas variáveis, tanto pelo seu elevado grau de agregação quanto pelo grau de significação atribuído a cada uma delas num modelo de análise causal.

Contudo, é quase sintomático que determinadas ocupações na construção civil ou em alguns ramos do comércio e serviços associem baixa escolaridade com baixos salários, porque nessas atividades não se exige qualificação de mão-de-obra.

Com respeito a esse problema da mão-de-obra pouco qualificada ou desqualificada, é importante levar em conta os seguintes aspectos:

- a) é na construção civil que os trabalhadores oriundos do campo normalmente iniciam suas atividades urbanas; o mesmo acontece com as atividades do comércio e serviços, na condição de autônomos (informal);
- b) com relação às atividades econômicas modernas, em muitos casos, processos tecnológicos avançados podem indicar baixos requerimentos de qualificação do trabalhador, porque o trabalho moderno subdivide-se em múltiplas operações mínimas, dispensando instrução e treinamento.<sup>1</sup>
- c) finalmente, escolaridade não implica necessariamente qualificação ou treinamento da força de trabalho, apesar de que a expansão da rede de ensino ocorrida no país nos anos 70 é indicativa da expansão de oportunidades para essa população escolarizada.

<sup>1</sup>BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

Essas observações iniciais servem para demonstrar que a educação pode ser abordada sob dois aspectos interdependentes: o primeiro deles diz respeito à educação enquanto requerimento social, entendido como serviço social, ou função social do Estado moderno; o acesso à educação, nas sociedades modernas, é uma questão de cidadania e de política social. Assim, a não garantia desse direito social básico, em escala ampliada, como no caso do Brasil, está ligada ao tipo de modelo de desenvolvimento adotado, resultado de uma distribuição de renda altamente concentrada. Nessa órbita circulam igualmente a organização do serviço da saúde pública e da previdência social.

A segunda abordagem diz mais respeito à educação enquanto função de mobilidade social e ocupacional. Embora essa função se apresente como continuidade do processo ou estrutura educacional dada (institucional), o que no fundo reflète o padrão educacional de um determinado país, pois ambos aspectos se interpenetram, não deixa a presente função de possuir suas características específicas, quais sejam de responder mais especialmente à demanda do mercado de trabalho. Isto significa dizer que aqui a educação é vista mais do ponto de vista operacional, atendendo à necessidade de qualificação, especialização e treinamento da força de trabalho.

## 1 ESCOLA E REGULAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A escola é um bom regulador da oferta de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Dependendo do grau de importância e da organização que lhe é atribuído pela sociedade (e da estrutura da distribuição de renda do país), pode reter a população jovem, durante um tempo maior, afastada do mercado de trabalho; dessa maneira poderia a escola dotar as pessoas de maiores aptidões para "enfrentar" os desafios de uma sociedade complexa, como a industrial.

TABELA 1 - TAXAS DE MATRÍCULA, POR GRUPOS DE IDADE E SEXO, EM REGIÕES SELECIONADAS DO MUNDO-1960-1970-1975

REGIÕES E PAÍSES	ANOS	6 A 11 ANOS		12 A 17 ANOS		18 A 23 ANOS	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Europa	1960	90,0	90,0	65,3	59,4	16,5	8,3
	1970	95,3	95,5	75,7	72,6	24,9	16,2
	1975	95,4	95,7	80,6	79,5	29,1	21,6
América do Norte	1960	99,0	99,1	93,6	92,8	34,8	24,5
	1970	99,2	99,4	95,7	95,2	50,5	40,2
	1975	99,3	99,3	94,8	95,2	51,1	45,0
América Latina	1960	59,0	58,0	38,7	33,5	7,8	4,9
	1970	72,2	72,8	52,0	47,0	15,2	11,1
	1975	77,7	78,2	58,4	54,4	22,0	17,5
URSS	1960	100,0*	100,0*	72,9	74,5	15,1	13,0
	1970	100,0*	100,0*	78,9	84,7	25,6	27,1
	1975	100,0*	100,0*	77,3	82,5	22,8	25,2

FONTE: LAGO, L.A.C.do; ALMEIDA, F.L.de; LIMA, B.M.F.de; Estrutura ocupacional, educação e formação de mão-de-obra. Rio de Janeiro, IBRE/FGV, 1983.

\*7 a 11 anos, obrigatório

Ao se observar a evolução das taxas de matrículas - tabela 1 - (que é a relação entre a população matriculada por grupos de idade pela população escolarizável, por grupo de idade) na URSS, Europa, América do Norte e América Latina, nota-se que as taxas mais baixas nesta última indicam a entrada da população jovem de uma maneira precoce no mercado de trabalho; uma outra implicação desse fenômeno é ainda a proporção elevada da população rural nos países latino-americanos. Neste caso, a escola passa a desempenhar um papel secundário em termos de regular a oferta de mão-de-obra.

## 2 POPULAÇÃO ESCOLARIZADA E MERCADO DE TRABALHO

Cumpra aqui explicitar antecipadamente certas características da população escolarizada e da PEA, principalmente quando comparadas com países de diferente desenvolvimento.

Em primeiro lugar, quando se está tratando da evolução das taxas de matrícula não se faz referência à evasão, que é bastante elevada nos países com características semelhantes ao Brasil. No Estado do Paraná, a evasão atingia, em 1980, 15,5% no Ensino de 1º Grau e 21,7% no 2º Grau.

Uma outra particularidade das matrículas nos países desenvolvidos que compõem a Organização Econômica da Comunidade Desenvolvida-OECD- indicava que, em 1975, 93% de jovens de 5 a 14 anos estavam matriculados em tempo integral, passando para 57% os da faixa de 15 a 19 anos e para 14% os de 20 a 24 anos. Sabe-se que no Brasil a prática das matrículas em tempo integral é bastante irrisória, em função da precariedade das políticas sociais aqui instaladas.

A característica seguinte da população escolarizada diz respeito à "explosão" do ensino superior no país.

Basta observar que entre 1965 e 1975 as matrículas de 2º grau expandiram-se em 280% enquanto as matrículas no 3º grau cresciam 590%, partindo ambas, e não apenas as últimas de níveis comparativamente baixos em termos relativos.<sup>2</sup>

<sup>2</sup>LAGO, Luiz A. Corrêa do; ALMEIDA, Fernando L.de; LIMA, Beatriz M. F.de. Estrutura ocupacional, educação e formação de mão-de-obra. Rio de Janeiro, IBRE/FGV, 1983. p.51

Em consequência dessa expansão, pode-se constatar que a taxa de atividade das pessoas economicamente ativas (PEA) com 9 a 11 anos de estudo e de 12 a 17 anos de estudo em 1977, era respectivamente de 62,2% e 78,8% enquanto as pessoas com menos anos de estudo participavam no mercado de trabalho em menor proporção, variando em 1977, entre 46,1% e 54,1% (conforme tabela A.1).<sup>3</sup>

Esse salto verificado nas taxas médias de atividade para as pessoas que têm mais anos de estudo, confirma a tendência observada na Europa de uma maior taxa de atividade dos graduados, e em particular de mulheres, com ensino superior.

Se esse fato teve e tem relevância quanto às possibilidades efetivas de emprego dos graduados de universidades,<sup>4</sup> no presente, essa questão não é nada alvissareira, pois o desemprego vem afetando esse segmento de profissionais e reduzindo suas chances a curto e médio prazo.

Finalmente, não se pode deixar de assinalar a participação crescente na PEA, do grupo de idade de 10 a 14 anos no Brasil (tabela 2).

<sup>3</sup>A taxa de atividade de um grupo de idade da PEA é a relação entre este grupo e a População total deste grupo de idade. Da mesma maneira, a taxa de matrícula da População matriculada por grupo de idade é dada pela relação desta com o total da população escolarizável do mesmo grupo de idade.

<sup>4</sup>LAGO, ALMEIDA, LIMA, p.52.

TABELA 2 - TAXA DE ATIVIDADE<sup>1</sup> POR SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, NO BRASIL E PARANÁ-1970-1980

FAIXA ETÁRIA	BRASIL						PARANÁ					
	1970			1980			1970			1980		
	Homens	Mulheres	TOTAL									
10 - 14	19,1	6,4	12,8	20,2	8,6	14,4	28,9	10,9	20,0	27,3	11,6	19,6
15 - 19	62,1	24,4	42,8	64,8	31,2	47,8	76,9	27,3	51,9	75,4	36,6	55,7
20 - 23	88,6	28,6	57,8	90,1	39,1	64,2	95,4	23,1	59,6	93,0	35,2	63,5
25 - 29	94,2	22,8	57,6	96,2	35,9	65,6	96,0	16,2	57,1	97,3	29,8	63,3
30 - 39	96,1	20,8	57,9	96,6	34,2	65,5	98,0	15,5	58,6	97,8	29,6	63,9
40 - 49	93,2	19,6	56,8	89,7	30,0	61,4	95,6	13,9	57,8	95,9	24,8	61,7
50 - 59	85,5	15,5	50,9	82,4	21,4	51,7	91,5	11,5	54,9	87,1	16,5	53,4
60 - 69	69,2	10,3	39,8	57,4	10,3	33,2	78,5	8,0	47,0	61,7	7,5	34,7
70 ou +	40,0	4,7	21,0	22,0	2,9	11,5	45,7	5,0	26,7	23,4	1,6	12,1
Idade Ignorada	68,8	16,5	42,9	72,3	27,0	50,0	44,4	12,5	29,4	100,0	50,0	100,0
TOTAL	50,5	1,32	31,7	53,1	19,8	36,3	53,4	11,2	32,9	56,1	18,6	37,5

FONTES: IBGE, Censo demográfico do Brasil e Paraná, 1970 e Censo demográfico: Mão-de-obra, do Brasil e Paraná, 1980  
Elaboração IPARDES

$$^1 \text{Taxa de atividade} = \frac{\text{PEA}}{\text{PIA}} \times 100$$

Como se pode observar na tabela 2, aumenta no caso do Brasil a participação do grupo etário 10 - 14 anos entre 1970 e 1980; a população feminina avançou mais que a masculina no total dessa faixa. No Paraná, observa-se a mesma tendência no caso da PEA feminina enquanto a masculina declinou.

O fenômeno acentuado da expulsão do campo e da urbanização no Estado fez declinar ligeiramente a participação masculina e aumentar a das mulheres, aliás essa tendência é mais nítida quando se observa a evolução total da PEA, na década passada.

Mas o que interessa aqui é o caráter "anômalo" da participação dessa população jovem no mercado de trabalho, corroborando assim a tese de que a oferta precoce dessa força de trabalho é dada pela estrutura da distribuição de renda da população, não podendo neste caso, a escola, exercer a função de reserva ou regulação da oferta de mão-de-obra.

O percentual de crianças de 10 a 14 anos no Paraná que participavam da PEA em 1980 (195 mil) representava 19,6% do to-

tal da população dessa mesma faixa etária (995 mil). É pouco provável que essa população menor, ocupada, estivesse simultaneamente em atividades escolares.

O abandono nas escolas de 1º e 2º grau é um outro problema grave que compromete a formação e a instrução básica da força de trabalho jovem.

Em 1980, no Paraná, houve um total de 201 mil abandonos no ensino escolar do 1º grau e de 33 mil no de 2º grau. Somente a zona urbana foi responsável por 65% desse abandono (tabelas A.2 e A.3).

Isso mostra que o sistema escolar urbano ao expandir-se na última década, não pôde cumprir adequadamente com sua finalidade educacional, não só pelo fato de ser um instrumento pouco eficiente, mas por estar inserido num quadro social onde o menor está obrigado, em larga escala, a complementar a renda familiar, através de sua inserção antecipada no mercado de trabalho.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Infelizmente não foi possível extrair, no presente relatório, outras implicações importantes do problema da escolaridade com o mercado de trabalho, devido ao problema do prazo de entrega. Aspectos ligados ao tempo de permanência média de alunos na escola, evolução da PEA e participação da população jovem na mesma, remuneração média desses segmentos, papel da escola na regulação da oferta da força de trabalho no Paraná são alguns dos temas para futuro aprofundamento.

### 3 GRAU DE INSTRUÇÃO E RENDA DAS PESSOAS OCUPADAS

No início deste trabalho alertou-se sobre a dificuldade de se estabelecer correlações facilmente constatáveis sobre escolaridade e renda, pois as informações censitárias não permitem ilações estatisticamente corretas a esse respeito. Contudo, a observação direta e imediata permite constatar que os rendimentos mais baixos normalmente são acompanhados de pouca escolarização (ou anos de estudo).

Os rendimentos médios e superiores (acima de 5 salários mínimos mensais) mereceriam um outro tipo de abordagem, uma vez que nesses níveis interferem outras variáveis na determinação da renda pessoal.

Para o Brasil, se for tomado o caso das pessoas de 10 anos e mais, sem instrução e até 3 anos de estudo (o que significa o curso elementar incompleto) em 1980, das 11 968 684 pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo que tinham algum tipo de rendimento, 32% recebiam até 1/2 salário mínimo, 35% + de 1/2 até 1 salário mínimo e 24% + de 1 até 2 salários mínimos.

As pessoas, no país, que possuíam de 1 a 3 anos de estudo, na mesma época e que auferiam rendimento, somavam 9 713 913. O percentual dessas, nas classes de 1/2, + de 1/2 até 1 e + de 1 a 2 salários mínimos, era respectivamente, 18%, 26% e 32%.

Quanto ao Paraná, no mesmo ano, das 592 539 pessoas com 10 anos e mais sem instrução e até 1 ano de estudo, 25% recebiam

até 1/2 salário mínimo, 32% + de 1/2 até 1 salário mínimo e 30% + de 1 até 2 salários mínimos. No caso das 738 805 pessoas com 10 anos e mais que possuíam de 1 a 3 anos de estudo, 16,5%, 24% e 35,5% delas recebiam respectivamente até 1/2, + de 1/2 até 1 + de 1 até 2 salários mínimos.

O grupo de 4 anos de estudo ostentava o 2º lugar na ordem de grandeza com um total de 10 342 205 pessoas no país, só perdendo para o item **sem instrução e com menos de 1 ano de estudo**.

Este grupo é numericamente importante, porque representa um corte seletivo na educação brasileira, correspondendo à fronteira entre o elementar completo e a carreira escolar seqüencial.

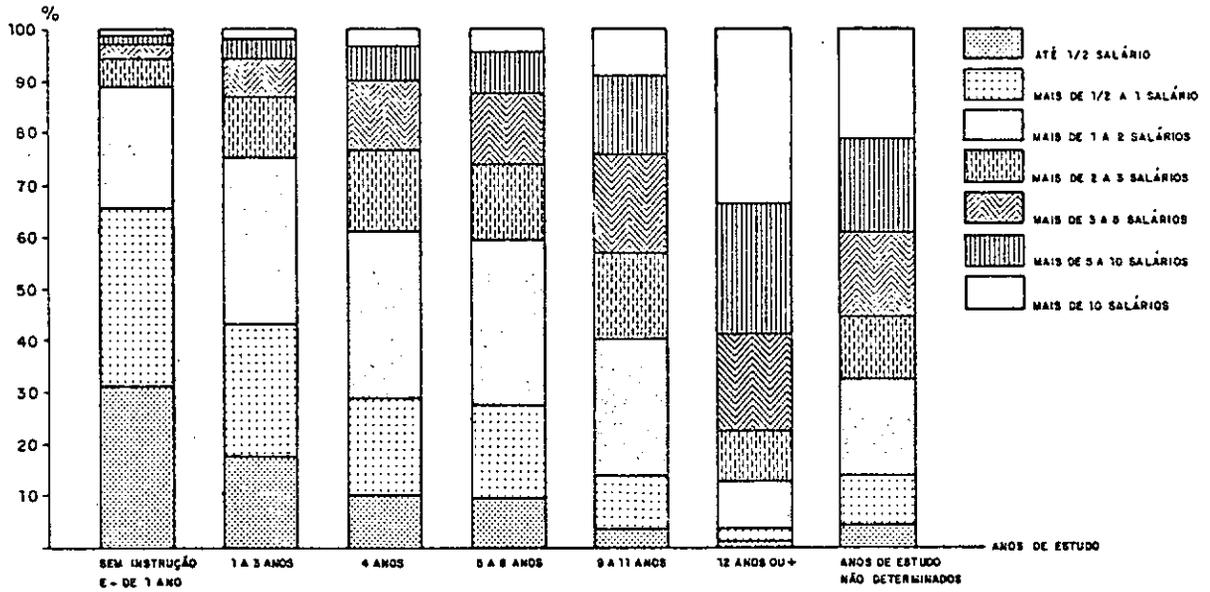
O grupo de 5 a 8 anos de estudo que representa a fase seguinte do 1º grau, alcançou em 1980, 7009 477.

Quanto ao salário, no grupo de 4 anos de estudo, 61% ganhavam de 1/4 até 2 salários mínimos; 29%, entre + de 2 a 5 salários mínimos.

Assim, na medida em que aumentam os anos de estudo, os salários se dispersam mais nas faixas superiores aos 3 salários mínimos. Dessa forma, nas faixas de 3 a 10 salários mínimos nos grupos de anos de estudo de 5 a 8, de 9 a 11 e de 12 anos ou mais, os percentuais são, respectivamente, 22%, 34% e 44%. Essa tendência observada para o Brasil é verdadeira também para o Paraná (gráficos 1 e 2).

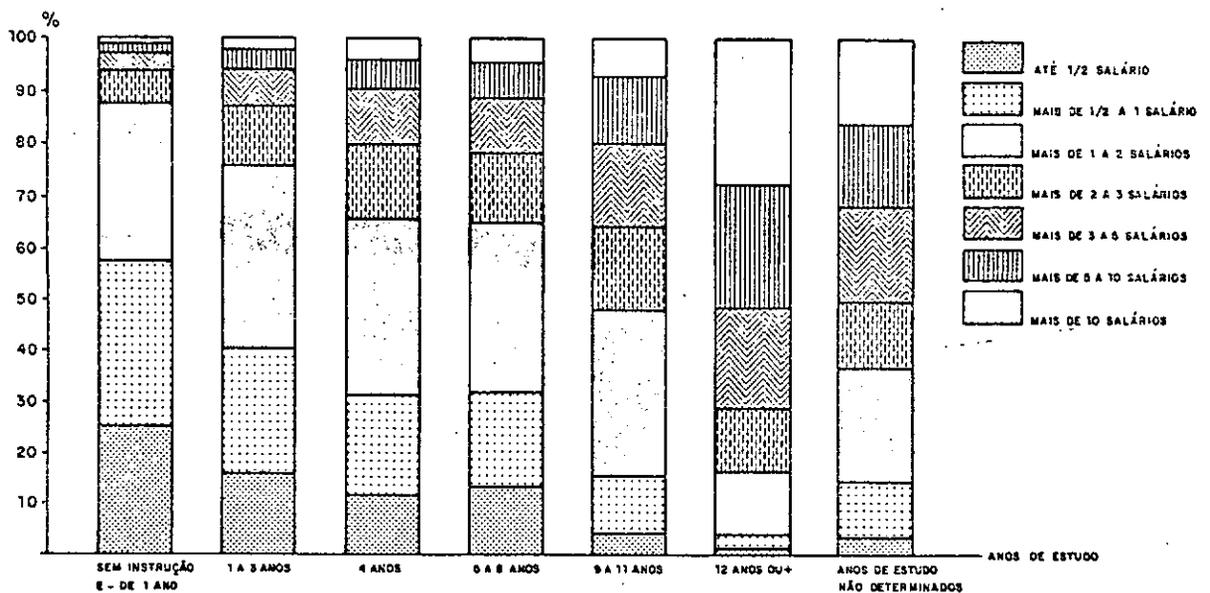
Se a função anos de estudo e renda indica que para os grupos de baixa escolaridade correspondem baixos salários, a mesma correlação pode ser verdadeira para altos salários e alta escolaridade.

GRÁFICO 1 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL - 1980.



FONTE: TABELA A.4

GRÁFICO 2 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E ANOS DE ESTUDO, NO PARANÁ - 1980.



FONTE: TABELA A.5

Essa constatação não permite contudo inferir que o fator educacional seja uma variável independente capaz de, autonomamente, determinar maiores ou menores salários ou que a educação escolar tenha maior peso na ponderação dos fatores que determinam os diferentes salários na economia.

À guisa de conclusão, o problema que envolve escola e trabalho é mais grave hoje do que o observado na década passada. Naquele período ocorreu uma expansão no emprego urbano e na rede de ensino público e privado.

Uma vez a recessão instalada no país, a princípios de 1981, acumulam-se saldos negativos crescentes no passivo da população brasileira que além de estar consumindo menos calorias do que há 10 anos e ter reduzido o consumo per capita de alimentos básicos e carnes em 10% entre 1980 e 1984 - pela perda real dos salários e do emprego -, convive hoje com um volume de 20 milhões de analfabetos.

A recessão de quatro anos já está afetando, de forma irremediável, a força de trabalho, devido à doença e à fome e poderá inviabilizar a recuperação a curto prazo, por falta de trabalhadores fisicamente capazes.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> RECESSÃO está destruindo força de trabalho do país, diz Macedo. Gazeta Mercantil, São Paulo, 27 ago. 1984.

ANEXO 1 TABELAS

TABELA A.1 - TAXAS DE ATIVIDADE E INATIVIDADE DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL - 1977

ANOS DE ESTUDOS	PEA (Em 1 000)	TAXA DE ATIVIDADE (%)	PNEA (Em 1 000)	TAXA DE INATIVIDA- DE (%)	TOTAL POPULA- ÇÃO DE 10 ANOS E MAIS
TOTAL	42 300,7	53,1	37 385,0	46,9	79 685,7
Sem instrução e Menos de 1 ano	10 809,5	51,8	10 066,5	48,2	20 875,9
1 e 2 anos	5 972,6	46,1	6 984,2	53,9	12 956,8
3 e 4 anos	12 756,2	54,1	10 814,2	45,9	23 570,5
5 a 8 anos	7 453,7	51,6	6 984,6	48,4	14 438,3
9 a 11 anos	3 218,1	62,2	1 958,7	37,8	5 176,8
12 a 17 anos	1 971,0	78,8	531,7	21,2	2 502,7
Anos de Estudo não determinados	114,0	(73,9)	40,3	(26,1)	154,3
Sem declaração	5,5	(53,4)	4,8	(46,6)	10,3

FONTE: LAGO, L.A.C.do; ALMEIDA, F.L.de; LIMA, B.M.F.de. Estrutura ocupacional, educação e formação de mão-de-obra. Rio de Janeiro, IBRE/FGV, 1983..p.3

TABELA A.2 - MOVIMENTO ESCOLAR DO 1º GRAU, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO,  
NO PARANÁ - 1980-82

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	ABANDONO	TRANSFERIDO	EVASÃO* %
1980					
Urbano	1 026 403	881 833	121 130	98 820	14,1
Rural	494 518	402 894	80 613	69 131	18,5
TOTAL	1 520 921	1 284 727	201 743	168 051	15,5
1981					
Urbano	1 034 705	889 960	124 383	88 852	14,0
Rural	461 625	383 659	70 218	56 778	16,9
TOTAL	1 496 330	1 273 619	194 601	145 630	14,9
1982					
Urbano	1 060 252	906 785	131 234	90 549	14,5
Rural	445 115	370 496	66 610	50 287	16,8
TOTAL	1 505 367	1 277 281	197 844	140 836	15,2

FONTE: Sistema de Informações Educacionais SIE/PR - FUNDEPAR

\*Evasão = matrícula inicial - matrícula final ÷ matrícula inicial  
 cial

TABELA A.3 - MOVIMENTO ESCOLAR DO 2º GRAU, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO,  
NO PARANÁ - 1980-82

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	ABANDONO	TRANSFERIDOS	EVASÃO* %
1980					
Urbano	163 132	127 767	32 932	9 096	21,7
Rural	1 334	1 050	279	104	21,2
TOTAL	164 466	128 817	33 211	9 200	21,7
1981					
Urbano	164 374	126 892	34 761	8 615	22,8
Rural	1 521	1 217	261	89	20,0
TOTAL	165 895	128 109	35 022	8 704	22,8
1982					
Urbano	169 085	128 107	38 644	8 670	24,2
Rural	1 560	1 276	231	87	18,2
TOTAL	170 645	129 383	38 875	8 757	14,2

FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - SIEI PR

\*Evasão = matrícula inicial - matrícula final ÷ matrícula inicial

TABELA A.4 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL - 1980

ANOS DE ESTUDO	até 1/2	+ de 1/2 a 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ 10	TOTAL
S/ Instrução e menos de								
1 ano	3 814 523	4 146 612	2 834 726	668 706	336 690	121 716	45 711	11 968 684
1 a 3 anos	1 722 385	2 510 939	3 135 359	1 151 836	755 241	315 422	122 732	9 713 913
4 anos	1 050 360	1 943 275	3 351 522	1 611 615	1 379 760	719 990	285 683	10 342 205
5 a 8 anos	691 545	1 246 007	2 256 753	993 306	951 226	599 449	271 191	7 009 477
9 a 11 anos	169 366	464 521	1 215 822	766 820	869 887	690 021	389 550	4 565 987
12 anos ou mais	28 766	64 246	236 383	259 482	486 163	663 669	879 636	2 618 346
Anos de Estudo não Determinados	2 156	4 763	9 034	6 080	8 079	8 960	10 766	49 838
S/ Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7 479 101</b>	<b>10 380 363</b>	<b>13 039 599</b>	<b>5 457 845</b>	<b>4 787 046</b>	<b>3 119 227</b>	<b>2 005 269</b>	<b>46 268 450</b>

FONTE: IBGE - Censo demográfico: mão-de-obra do Brasil-1980

TABELA A.5 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NO PARANÁ - 1980

ANOS DE ESTUDO								TOTAL
	atê 1/2	+ de 1/2 a 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10	
Sem Instrução e Me- nos de 1 ano	150 105	191 850	177 981	37 933	20 571	9 231	4 868	592 539
1 a 3 anos	122 077	180 301	262 846	82 854	52 253	24 638	13 836	738 805
4 anos	78 682	126 119	225 101	91 790	69 799	37 411	21 696	650 598
5 a 8 anos	54 896	75 490	133 503	52 351	43 056	26 382	14 126	399 804
9 a 11 anos	10 698	29 558	83 866	42 008	42 046	32 530	17 132	257 838
12 anos ou mais	1 449	3 956	16 964	16 497	26 786	32 287	36 187	134 126
Anos de Estudo não Determinados	56	177	349	203	294	245	242	1 566
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	417 963	607 451	900 610	323 636	254 805	162 724	108 087	2 775 276

FONTE: FIBGE - Censo demográfico: mão-de-obra, do Brasil-1980